

Rio de Janeiro, 20/X/2006

À Presidência Pro Tempore do GMC  
Embaixador Jorge E. Taunay Filho  
Sub-Secretário Geral da América do Sul  
Ministério das Relações Exteriores  
Brasília – DF

Fax: (61) 3411-8765

Prezado Senhor,

Tendo em vista a Nota DELURYMVD/2006/D/01399-JH/vm, de 06/10/2006, transmitimos ao conhecimento de Vossa Excelência que os Coordenadores Nacionais do SGT-3 deliberaram sobre a Cooperação CE-Mercosul – Projeto Convergência Técnica Mercosul, substitutivo do Projeto ALA 2004/005 – 916, conforme texto abaixo, que consta na Ata da XXVI Reunião Ordinária do SGT-3:

“Com relação à Nota DELURYMVD/2006/D/01399-JH/vm, de 06/10/2006, sobre a Cooperação CE-Mercosul – Projeto Convergência Técnica Mercosul, substitutivo do Projeto ALA 2004/005 – 916, o SGT-3 concorda que os termos do orçamento global da Cooperação foram definidos quando da sua assinatura, em Outubro de 2004. Portanto, não há justificativa para a alteração nos termos acordados anteriormente.

Neste sentido, os Coordenadores Nacionais ratificam o texto que consta na ata da LXVII Reunião Ordinária do CCT realizada em Montevideu, Uruguai, entre 9-12 de Outubro de 2006, conforme abaixo.

*“Normas Técnicas II*

*A Delegação da UE enviou a Nota DELURYMVD/2006/D/01399-JH/vm, de 06 de outubro de 2006 (Anexo IV) à PPTB, informando da impossibilidade de aprovar o Projeto Convergência Técnica MERCOSUL, tendo em vista o orçamento do projeto prever apenas 14% de contrapartida, dos quais, apenas 1% em espécie para a contratação de auditoria. A esse respeito, o CCT recordou que o projeto foi elaborado em substituição ao anterior, Normas Técnicas, previamente aprovado pela UE, cuja má concepção continha erro estrutural, visto que privilegiava em grande parte atividades voltadas para a capacitação de recursos humanos, em detrimento da aquisição de equipamentos laboratoriais, componente mais necessário ao MERCOSUL.*

*Nesse contexto, o Comitê não vê justificativas para que o novo projeto preveja contrapartida mais elevada do MERCOSUL, muito menos aproximando-se de 50% do projeto, como deseja a UE. Ademais, preocupa o CCT que os esforços envidados pelo MERCOSUL com vistas a alcançar o patamar de 50% de contrapartida para implementação de certos projetos sejam utilizados pela UE como argumento para exigir valores maiores de contrapartida para todos os projetos.*

*A PPTB responderá a nota da UE, transmitindo sua discordância com essa postura, cuja persistência poderia afetar a cooperação entre os dois blocos.*

*Entretanto, reiterando sua boa vontade em manter a cooperação com a UE, o CCT se comprometeu a dialogar com os órgãos técnicos do MERCOSUL envolvidos em projetos de cooperação sobre a mencionada postura da UE no que se refere à contrapartida do bloco”.*

À luz do exposto, muito agradeceríamos as providências cabíveis.

Atenciosamente,

Jorge Antônio da Paz Cruz  
Coordenador Nacional do SGT-3 Brasil

María Juana Rivera  
Coordenadora Nacional do SGT-3 Argentina

Guillermo Alcaraz  
Coordenador Nacional do SGT-3 Paraguai

José Luis Heijo  
Coordenador Nacional do SGT-3 Uruguai

c.c.: Sr. Paulo Peixoto, Presidência Pro Tempore – (61) 3411-6894